

RE no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 459.330 - PR (2018/0173975-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : CLAUDEMIR RIBEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PRÉVIO. IMPRESCINDIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. **TEMA 941/STF.** RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 160):

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. RECONHECIMENTO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPRESCINDIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. De acordo com o Enunciado n. 533 da Súmula do STJ, para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor público nomeado.

2. Agravo Regimental improvido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 171/180), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da matéria tratada nos autos e que "o acórdão guerreado acabou por contrariar dispositivos constitucionais, a saber: o princípio da inafastabilidade da jurisdição (artigo 5º, XXXV) e as garantias do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV).

Assevera, por outro lado, que a questão já foi objeto de exame da Suprema Corte, que já reconheceu a repercussão geral e está delimitada pelo Tema 941 (RE n.º 972.598/RS).

Requer, por isso, o processamento do recurso e seu provimento, para o fim de reformar o acórdão recorrido.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 193/194.

É o relatório.

Decido.

O recurso deve ser sobrestado.

O acórdão recorrido firmou-se no sentido de que é necessário o prévio Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD para reconhecimento da prática de falta grave, tese essa que se amolda à jurisprudência atual desta Corte Superior.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, reconheceu a repercussão geral da matéria no RE 972.598/RS (**Tema 941**), da relatoria do Ministro Roberto Barroso, em acórdão assim ementado:

Execução Penal. Recurso Extraordinário. Prática de falta grave. Prévio procedimento administrativo disciplinar. Desnecessidade. Repercussão geral reconhecida. 1. Nos termos das recentes decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, a oitiva do condenado pelo Juízo da Execução Penal, em audiência de justificação realizada na presença do defensor e do Ministério Público, afasta a necessidade de prévio Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), assim como supre eventual ausência ou insuficiência de defesa técnica no PAD instaurado para apurar a prática de falta grave durante o cumprimento da pena. 2. Assim sendo, a apuração da prática de falta grave perante o juízo da Execução Penal é compatível com os princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da CF). 3. Reconhecimento da repercussão geral da questão constitucional suscitada. (RE 972598 RG, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 06/04/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-227 DIVULG 03-10-2017 PUBLIC 04-10-2017)

E, estando ainda o mérito do aludido recurso extraordinário pendente de julgamento perante o Excelso Pretório, impõe-se o sobrestamento deste recurso.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do Tema 941/STF.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente